

# A DEMOCRACIA COMO VIA PARA O SOCIALISMO: considerações sobre a experiência brasileira recente

Adrielle Campelo Campos  
Fátima Grave Ortiz  
Gabryella Luna do Bomfim  
Julia de Souza Santos Teixeira

## Introdução

As considerações apresentadas neste capítulo resultam do projeto de pesquisa intitulado “Democracia, Pluralismo e Serviço Social: uma análise sobre as implicações do projeto Democracia de Massas para a profissão no Brasil nos anos 1980-1990 e desdobramentos contemporâneos”, desenvolvido na Escola de Serviço Social/UFRJ e em seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social desde 2018, cujo objeto é o processo de apreensão da democracia pelo Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990.

Entretanto, nosso objetivo aqui é retomar a análise sobre a apreensão histórica da democracia como via para a construção do socialismo em países de capitalismo dependente, por exemplo o Brasil, e os desdobramentos mais recentes desse processo, tais como a afirmação do projeto Democracia de Massas e a Estratégia Democrático-Popular.

A democracia se pôs como principal fundamento do projeto de sociedade supracitado, o qual pressupunha a necessidade da disputa política pela construção de hegemonia de um Estado, portanto, ampliado às necessidades da classe trabalhadora. Neste processo, a defesa do pluralismo se destaca como um fundamento importante para a construção da necessária hegemonia.

No Brasil, esta experiência histórica se deu a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores, nos anos de 1980, quando se observa a apreensão da Estratégia Democrático-Popular como meio de enfrentamento às “tarefas em atraso”. A democracia continua como pilar fundamental da Estratégia, tratada, não somente como a defesa de uma determinada forma de governo, mas, principalmente, como meio para afirmação política da necessária democratização do acesso à riqueza pela classe trabalhadora – a democratização da política e da economia.

Ressalta-se, inclusive, que o princípio ético-político que passa a orientar a categoria profissional dos assistentes sociais a partir de 1993: “*Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*” – incorpora esta concepção teórico-conceitual e perspectiva política. Entretanto, a história mostrou que o Partido dos Trabalhadores tomou outros rumos a partir dos anos de 1990 e, principalmente, com o século XXI, abandonando a Estratégia Democrático-Popular, quando faz um giro em outra direção, aproximando-se da Social-Democracia (Lage, 2019) por um lado; e distanciando-se das necessidades reais da classe trabalhadora, concorrendo ao seu “apassivamento” por outro (Iasi, 2019).

É, neste sentido, que pretende se desenvolver este capítulo, ainda que brevemente, considerando a complexidade da temática que anuncia.

## Democracia e pluralismo

No processo de construção de uma nova ordem societária pela via do socialismo, a temática democrática atravessou historicamente as pautas e estratégias políticas das esquerdas mundiais, ora qualificada como ditadura do proletariado; ora a ratificando a partir do que alguns de seus críticos qualificaram como moldes liberais. Assim, a incorporação da democracia ressurgiu na agenda da esquerda internacional novamente, a partir de meados do século XX, sob a perspectiva eurocomunista.

Na verdade, a retomada do debate da democracia como estratégia para a construção do socialismo se reacende no segundo pós-guerra, quando se observou a ascensão do Estado de Bem-Estar Social e seus sistemas de proteção social, possibilitando ganhos reais para a classe trabalhadora, de um lado; e, de outro, os acontecimentos que envolveram o próprio campo socialista sob a hegemonia russa e após a morte de Stalin, com destaque para a tensa relação entre a URSS e a China. Ainda nos anos de 1950, mais precisamente 1956, a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) revelou os crimes do stalinismo, expondo os claros limites do socialismo existente na URSS e animando a crítica no interior de alguns partidos comunistas espalhados pelo mundo, sobretudo entre países europeus, na década de 1970.

Os partidários do Eurocomunismo defendiam, em linhas gerais: 1) que a transição para o socialismo se desse de forma pacífica e gradual a partir do reconhecimento das instituições democráticas burguesas existentes; 2) que a transição considerasse as particularidades de cada país; 3) que o recurso à unipartidarização soviética não deveria ser adotado; 4) que o processo de transição deveria se dar de modo mais autônomo, desprezando assim a hegemonia soviética sobre a orientação dos demais partidos.

Entretanto, cabe destacar que, mesmo partindo de tais linhas gerais, também era possível identificar duas tendências particulares entre os defensores do Eurocomunismo: uma mais à direita e outra à esquerda.

[...] A tendência mais à direita tende a ver a transição democrática ao socialismo como gradual e progressiva, baseada numa aliança de classes antimonopolista sob a liderança do Partido Comunista, sem transformação dos aparatos de Estado, haja vista que os concebem enquanto instituições neutras, no fortalecimento do parlamento no controle sobre o Estado e a economia, e na incorporação dos sindicatos na formulação do planejamento econômico. Em suma, *vê o socialismo democrático como uma longa e vagarosa marcha por meio das instituições da sociedade política e civil*. Já a posição de esquerda do eurocomunismo tende a *ver a transição como uma longa série de rupturas, com base nacional-popular, numa ampla aliança que envolva tanto os novos movimentos sociais como uma união de classes organizada de modo plural*. Além disso, compromete-se profundamente com as transformações dos aparatos estatais como parte do processo democrático e a reestruturação do Estado e da economia a partir de uma democracia de base, da autogestão e da unificação de um fórum parlamentar (Motta, 2014, p.27).

No entanto, a existência de ambas as tendências demonstra claramente as contradições internas do Eurocomunismo, apesar de convergirem no entendimento de que era necessário se identificar um caminho alternativo ao desenvolvimento do socialismo em países capitalistas avançados, daí a necessidade da autonomia para a construção desta via em

face das diferentes trajetórias sócio-históricas dos países. Neste sentido, a afirmativa de Berlinguer – dirigente do Partido Comunista Italiano à época – é bastante elucidativa:

*O terreno mais favorável no qual pode e deve se desenvolver a luta operária e popular é o terreno da democracia, da defesa e do desenvolvimento de todas as liberdades e de todos os institutos democráticos. Chegamos à convicção da validade não transitória desta regra pela via histórica, isto é, com base na experiência política vivida pela Itália no último meio século. Um país como o nosso, que sofreu a tirania fascista, aprendeu o inestimável valor da liberdade e da democracia porque experimentou quão dura se torna a luta e quão turva pode se tornar a perspectiva quando é suprimida toda e qualquer garantia democrática, todo e qualquer exercício dos direitos de liberdade. (Berlinguer *apud* Motta, 2016, p.50 grifos meus)*

Deste modo, o reconhecimento e a defesa da democracia como caminho para a construção do socialismo se põem de modo bastante incontestado em países cuja formação social e histórica revela processos antidemocráticos, autoritários e até fascistas, como o caso italiano citado acima por meio da afirmação de Berlinguer. No Brasil, com forte presença histórica do autoritarismo, em que a democracia seria quase que “episódica”, e nos anos de 1970, ainda mergulhado em uma ditadura civil-militar, a defesa da democracia como via para o socialismo também se afirmou com força, apesar das críticas recebidas dentro da própria esquerda brasileira (Moraes, 2001; Naves, 1981; Saes, 1998; Toledo, 1994).

No mencionado país, dentre aqueles que se puseram ratificar a democracia como caminho para a construção do socialismo, destaca-se Carlos Nelson Coutinho, por meio de seu ensaio “A Democracia como Valor Universal” (1979), dentre outros.

Coutinho (1979) defende em seu Ensaio que a transição socialista deveria ser efetuada de forma gradual, através da construção da hegemonia dentro das instituições burguesas, e resgatando a concepção gramsciana de “Estado Ampliado”, caracteriza o Estado não como um instrumento restrito aos interesses burgueses, e sim como uma esfera de disputa, na qual a classe operária, em sua luta, pode reivindicar e ampliar o seu espaço político. Sendo assim, é nessa luta por hegemonia e pela ampliação das bases do Estado com a legitimação das conquistas dos trabalhadores que se pode afirmar o projeto “Democracia de Massas”, o que também pressupõe o pluralismo como meio importante desta luta por hegemonia.

Portanto, a relação entre pluralismo e democracia é incontestado, tendo em vista que, somente em um ambiente político marcado pela convivência e coexistência pacífica entre posições diferentes, é possível haver a defesa do pluralismo.

No entanto, cabe destacar que esta relação não se constrói sem tensões; mas ao contrário. É, inclusive, o próprio Coutinho (1991) que destaca a relação histórica entre o pluralismo e o liberalismo, quando afirma que “[...] esse é um fenômeno do mundo moderno [...], isto é, do mundo gerado pela ascensão da classe burguesa e pela construção do capitalismo.” (Coutinho, 1991, p.5). Assim, de acordo com Coutinho (*Ibid.*), o pluralismo se constitui como fenômeno social e político, derivando historicamente da perspectiva liberal, mais precisamente, da concepção de indivíduo e que, neste sentido, entende que a existência da diferença é positiva, e, diante de indivíduos diferentes, faz-se necessário o exercício da tolerância. O reconhecimento da individualidade e, a partir desta, o respeito à diferença são pilares importantes do pluralismo e do seu nascedouro liberal.

Entretanto, a defesa do pluralismo não é ingênua. Ao contrário, nas palavras do próprio Coutinho (2008),

Temos assim que, se a supressão do pluralismo conduz ao despotismo totalitário, a sua afirmação incontrolada leva ao liberal-corporativismo, o qual, em articulação com a burocratização do Estado, é o modo pelo qual a burguesia tenta pôr a seu serviço, ou pelo menos neutralizar, os resultados do processo de socialização da política (Coutinho, 2008, p. 31).

Conforme Coutinho (*Ibid.*), apesar do reconhecimento do pluralismo como meio importante para afirmação do diálogo entre os “diferentes” para a ampliação progressiva do alcance da “vontade geral” – ou do interesse comum nos termos de Rousseau; faz-se necessário certo controle dos rumos deste diálogo possibilitado pelo pluralismo. Esse controle serve para manter uma direção social e política, que serviria de base para a luta por hegemonia da classe trabalhadora. Ou seja,

Se negar o pluralismo leva ao despotismo, por um lado, a mera expansão do pluralismo, sem essa presença da vontade coletiva, ao multiplicar os interesses privados e ao coagular esses interesses privados, pode levar, por outro, ao corporativismo. [...] O corporativismo afirma a ideia de que cada um deve lutar por seus interesses e que os resultados decorrerão da capacidade de organização de cada particular. Nessa proposta falta um projeto coletivo de sociedade, que subordine os muitos interesses privados a um interesse público maior (Coutinho, 1991, p.10).

A defesa do pluralismo deve estar alicerçada sobre um determinado projeto societário [e assim coletivo] que garanta a direção social e política dos valores e interesses que lhes são subordinados. O pluralismo com direção social, neste sentido, não se põe de modo paradoxal, uma vez que se pressupõe o diálogo entre aqueles, cuja posição política se inscreve dentro de um grande arco moderno de concepções e posicionamentos. Assim, o pluralismo não significa a realização do diálogo indistinto, mas apenas entre aqueles em que há a possibilidade de convencimento mútuo e construção de consensos e que para isso precisam estar balizados por um amplo arco de valores progressistas e humanistas, e neste sentido, conforme Coutinho (1991), democráticos.

Não se trata, portanto, de desconsiderar a diferença entre posições políticas e/ou estratégicas e táticas, mas de reconhecê-las como distintas daquilo que é antagônico, retrógrado, desumano, com o qual não cabe o diálogo ou a resignação.

## **Democracia de Massas e Estratégia Democrático-Popular: a experiência histórica do PT**

Conforme Coutinho (1979), ao se colocar socialismo e democracia como polos opostos e entender esta última como instrumento exclusivo de manutenção da ordem burguesa, perde-se seu caráter histórico e universal. A democracia moderna, apesar de ter sua gênese localizada no berço da sociedade burguesa, não encontra sua validade exclusivamente no capitalismo. Pelo contrário, a democracia só encontra sua plenitude em uma sociedade onde estejam superadas as contradições inerentes ao capitalismo segundo o autor.

Muitas décadas de experiência do chamado “socialismo real” demonstraram suficientemente que, quando não existem os aspectos “formais” ou “procedimentais” da democracia, perdem-se também seus elementos

“substantivos”. Portanto, a relação da democracia de massas (ou socialista) com a democracia liberal não é uma relação de negação, mas de superação dialética: a primeira cancela, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda (Coutinho, 2008, p. 38).

Ou seja, o caminho aqui não seria o de suprimir a democracia liberal, negando suas instituições e ritos, mas sim manter as suas conquistas e evoluí-la para uma democracia real; não só política, como também econômica e social. Dessa forma, Coutinho (2008) concede à democracia um valor “universal” por não ser fundamentalmente burguesa, e ser indispensável para o caminho rumo ao socialismo.

Assim, conforme Coutinho (2008), o projeto Democracia de Massas propõe uma articulação entre a democracia representativa e a democracia direta de base, onde se teria a ampliação do Estado, por meio do aprofundamento da participação social, principalmente a partir de instituições e organizações de bases como sindicatos, organizações de bairro, movimentos sociais etc.

Em linhas gerais, para tal corrente a democracia expressaria a forma superior de liberdade humana, e apenas poderia se desenvolver plenamente quando em uma sociedade socialista, esta estivesse completamente livre das desigualdades impostas pela ordem burguesa. Extinta a sociedade de classes, a democracia poderia alçar sua condição de propiciadora de um novo grau da existência humana. A democracia, portanto, poderia ser vista como um caminho importante a ser trilhado para o triunfo do próprio socialismo (Ortiz, 2015, p. 71).

A partir dessa perspectiva, entende-se a necessidade da disputa e da luta popular no interior das próprias instituições democráticas burguesas através do aprofundamento da participação social em diferentes níveis decisórios, abrindo-se, deste modo, a possibilidade da construção de uma nova hegemonia pela classe trabalhadora. A defesa da democracia, portanto, consistiria em principal aspecto para a afirmação da superação do próprio capitalismo a partir do projeto Democracia de Massas.

Porém, considerando a particularidade histórica brasileira, observa-se que a afirmação do capitalismo no Brasil foi acompanhada de alguns processos, que caracterizam sua trajetória a partir da inexistência de canais de participação popular, por um lado; e, por outro, pela presença de um Estado nacional e autocrático e de toda estrutura burocrática, constituídos exclusivamente para garantir, legitimar e atender os interesses dessa burguesia nascente.

Deste modo, por meio de pactos conciliatórios de interesses e de transações “pelo alto”, com praticamente nenhuma participação popular, a burguesia brasileira tem contado com o poder do Estado, muitas vezes fazendo uso do monopólio legal da força ou da cooptação de lideranças, para garantir seus interesses particulares.

Assim, considerando este universo, a esquerda brasileira, pautada no acúmulo teórico e político internacional, buscou o enfrentamento das “grandes tarefas em atraso” (Fernandes, 1976) brasileiras como programática para a construção do socialismo no Brasil. Em tais propostas, a democracia aparece como um dos fundamentos centrais. No dizer de Iasi (2019),

No Brasil, é nítida a existência de dois grandes ciclos. O primeiro se refere ao ciclo do PCB ou da estratégia nacional e democrática. Pretendia-se enfrentar os “restos feudais” e o imperialismo no Brasil – que supostamente travavam o desenvolvimento autônomo do capitalismo no país – e, aliando-se à “burguesia

nacional”, acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa – a revolução socialista. *O ciclo do PT ou da estratégia democrática e popular pauta-se no processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses de nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo* (Iasi, 2019, p. 360, grifos nossos).

A trajetória da esquerda brasileira, desenhada sobretudo agora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), enfrentou um conjunto de contradições relativas à efetivação de suas elaborações teóricas — acerca da formação social do Brasil — e, conseqüentemente, sobre a melhor resposta para alcançar a hegemonia da classe trabalhadora. Sobre suas elaborações teóricas, a Estratégia Democrático-Popular

[...] é informada por certa leitura de Gramsci a respeito da hegemonia e suas discussões sobre o Estado. Na medida em que, nesta chave, o Estado é pensado como unidade da sociedade política e da sociedade civil, a atuação do partido, visto como um aparelho privado de hegemonia, deve se dar nas duas frentes, sob a lógica de que as ações reivindicativas dos movimentos populares, em crescimento, dariam legitimidade às ações governamentais de ampliação de direitos. Isso, por sua vez, fortaleceria, retroativamente, os próprios movimentos, num ciclo virtuoso de construção da hegemonia popular e democrática em torno de uma classe mais coesa, norteadas pela perspectiva de reforma intelectual e moral, da autonomia e da independência de classe (Iasi, 2019, p. 250).

Historicamente, foi a partir do contexto da crise da ditadura empresarial-militar e da redemocratização do início da década de 1980 que se põe as condições objetivas para a constituição do PT, e foi também nesse contexto que a Estratégia Democrático-Popular foi idealizada, o que corroborou para que a democracia se tornasse aspecto central de uma agenda política para a vanguarda do Partido. Ou seja, mais uma vez a democracia se inscrevia como eixo fundante do projeto coletivo (e partidário) para a pavimentação do socialismo, agora pelas mãos do recém-criado Partido dos Trabalhadores.

Não obstante, essa trajetória em direção à democracia se coaduna com o posicionamento político assumido pelo partido no decorrer dos anos de 1980, e mais ainda a partir da década de 1990 em relação à centralidade das disputas eleitorais como forma de acesso ao poder político. “A luta eleitoral implicava uma ação que prescindia de vínculos orgânicos fortes com as massas, uma adesão passiva através do voto e da representação parlamentar, mas que prometia conseqüências políticas retumbantes.” (Martins, 2019, p.131).

Conforme Lage (2019), o Partido dos Trabalhadores, que se propôs a ser representante das massas e esperando que esse vínculo popular possibilitasse que elas liderassem as iniciativas de distribuição de riquezas e que tomassem o controle dos recursos naturais do Brasil, acabou por ficar mais distante politicamente destas. Contudo, conforme Lage (2019), “o Partido dos Trabalhadores, seguindo seu manifesto de fundação, se encaixa exatamente nessa ambigüidade, que é entrar nos espaços legítimos, dentro da ordem, para ir contra ela” (Lage, 2019, p.85).

Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores, antes da sua ascensão ao poder em 2002, defrontou-se com um forte dilema: optar por um partido genuinamente de classe ou um partido que priorizasse o sucesso eleitoral às custas de seu caráter de classe. Para garantir seu sucesso eleitoral, ainda sob à luz das palavras de Lage (2019), tornou-se necessário o estabelecimento de determinadas alianças com parcelas da burguesia para alcançar a vitória

nas eleições presidenciais, conquistada em 2002. Aliado do Partido Liberal (PL) em 2002, com a incorporação de José de Alencar na chapa como vice de Lula, politicamente, o PT optou por caminhar para uma diretriz social-democrata, abandonando seu embrião socialista (Singer, 2012; Secco, 2011).

Logo, não se trata mais de um partido que emergiu no cenário político brasileiro a partir de um determinado projeto societário – Democracia de Massas – no início dos anos de 1980, mas de um partido que se vinculou originalmente a esta perspectiva socialista,

[...], mas que fez o caminho rumo à social-democracia, caracterizada pela defesa da constituição democrática burguesa; pela redução partidária ao escopo de um partido eleitoral profissional; e principalmente pela tentativa de promoção da conciliação de classes entre operariado e burguesia (Lage, 2019, p.91).

Pelo mundo, os partidos socialistas que seguiram esta direção – rumo à social-democracia – caracterizaram-se pelo pragmatismo político sem uma programática clara. Também conforme Lage (2019), “[...] ao contrário, partiram muito mais para um improvisado a partir da conciliação dos interesses em jogo, e não da execução clara de um programa [...]” (Lage, 2019, p.91).

No caso brasileiro, a história recente mostra que as alianças pragmáticas permaneceram para além da primeira vitória em 2002, pois para se manter no governo foi preciso ceder cada vez mais em nome da governabilidade. Foi necessário depreciar cada vez mais a agenda da Estratégia Democrático-Popular, pois a prioridade passou a ser reeleger o representante político do partido para o seu segundo mandato. Por isso, o ano de 2006 foi muito importante para o Partido, não só pelo seu realinhamento eleitoral, mas porque marcou historicamente o momento em que as massas aderiram ao projeto lulista (Singer, 2012).

Por isso, a partir de 2006, configura-se um cenário que reproduziu o fenômeno identificado por “Lulismo” (Singer, 2012). Segundo Singer (2012), existem dois grandes aspectos que atravessam esse processo e que vão implicar diretamente na construção dessa imagem política do fenômeno do Lulismo: 1) a relação de Lula com a massa pauperizada expressa a partir da carência democrática que a classe trabalhadora sofria (considerando o avanço do neoliberalismo nos anos de 1990) e que foi minimizada pelo impacto produzido por algumas políticas públicas nas condições de vida dos trabalhadores e suas famílias; 2) o pacto com setores da burguesia a partir de medidas garantidoras do mercado interno via consumo de massas, gerando condições para a relativa aceleração do crescimento econômico, bem como o decréscimo da desigualdade.

Cabe ainda destacar o que Menegat (2015) qualificou como um “bilhete de sorte” tirado pelo governo Lula, ainda em 2003:

[...] quando se iniciou uma bolha especulativa com o preço das commodities. Entre este ano e 2008 os preços não pararam de subir, quando, em razão do estouro da bolha imobiliária nos EUA e do agravamento da crise mundial, os preços caíram, para voltar a subir rapidamente em 2010 e voltar a cair desde 2012. Estes movimentos dão uma base mais consistente para se entender diversos fenômenos, como a popularidade dos governos do PT neste período e a razão sem volta do dissenso atual (Menegat, 2015, p. 3-4).

Neste sentido, alguns autores (Menegat, 2015; Singer, 2012) apontam que, ao buscar alianças com a burguesia, ratificando o projeto societário burguês e vulnerável aos processos

de crise estrutural, os governos petistas passaram a enfrentar a escassez de recursos para ampliar direitos, o que reitera o argumento central de que algumas ações só foram possíveis em conjunturas específicas — como o período de alta das commodities, por exemplo, apontado por Menegat (2015).

Todavia, mesmo diante da crise, com um reformismo considerado fraco (Singer, 2012) e condições políticas frágeis para governabilidade, Iasi (2019) observa o que chama de “apassivamento de classe” ou, baseado no pensamento florestaniano, “democracia de cooptação”, desmobilizando a luta política popular e incorporando institucionalmente parte destas pautas. Essa desmobilização, inclusive, cobrará um alto preço para o enfrentamento da extrema-direita que chega ao poder em 2018 por meio da vitória de Jair Bolsonaro.

Desse modo, o partido, que surge no seio das lutas sindicais da classe trabalhadora nos anos de 1980, acaba por se afastar dos seus objetivos originais em nome da governabilidade e permanência no poder pela via eleitoral ao estabelecer um pacto de classes e se institucionalizar. “Querendo evitar os equívocos de um socialismo sem democracia, o PT acaba por implementar o pesadelo de uma burocracia sem socialismo” (Iasi, 2016, s/p.). Ou seja, “[...] a estratégia democrática popular que havia sido pensada como um caminho alternativo para se chegar ao socialismo, torna-se mais um eficiente meio de evitá-lo” (Iasi, 2016, s/p.).

Em síntese, podemos afirmar que a Estratégia Democrático-Popular, ancorada em um projeto societário fundamentado na centralidade democrática – Democracia de Massas – não tornou historicamente possível o enfrentamento real das “tarefas em atraso”, o que demandava a superação programática da própria ordem social brasileira tal como temos conhecido desde então. Assim, “a constatação evidente diante de tal conclusão é que o caráter das transformações necessárias em nosso país é anticapitalista e, portanto, socialista” (Iasi, 2019, p.437), mas que, em função das opções políticas de tal partido de massas – o Partido dos Trabalhadores – e da própria classe trabalhadora, ainda permanece distante.

## Conclusões

O desenvolvimento de nossas reflexões até aqui nos levou ao entendimento de que a impossibilidade de enfrentamento concreto por parte da esquerda brasileira em relação à nossa trágica herança histórica, que conjuga extrema desigualdade social com autoritarismo, conservadorismo e violência, engendrou nos últimos anos dois processos que materializaram muitos retrocessos e perdas das pouquíssimas conquistas dos trabalhadores desde o início deste século XXI com a chegada do PT ao poder. Referimo-nos ao impeachment resultante do golpe contra a presidente Dilma Rousseff em 2016 e a vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

Na verdade, os dois processos – 2016 e 2018 – estão autoimplicados, pois o primeiro adensa as condições histórico-sociais para que o segundo prevaleça, desnudando a herança de que citávamos linhas acima, mesmo que saibamos que os intuitos daqueles que protagonizaram o golpe de 2016 não objetivassem de modo imediato a ascensão de um pitoresco personagem ao poder.

Em 2016, um conjunto de forças políticas estava reunido, com objetivos imediatos distintos, porém fundamentados no mesmo desejo de desmonte e até de supressão dos poucos ganhos democráticos das últimas décadas. No dizer de Miguel (2019),

Há a fração da elite política que viu na destituição de Dilma Rousseff uma oportunidade para frear as investigações sobre corrupção, grupo era liderado pelo próprio Michel Temer e por outros caciques do PMDB. Há o segmento mais vinculado ao capital internacional, empenhado em abrir o patrimônio nacional à exploração por interesses estrangeiros, cujo núcleo central estava no PSDB paulista, nas figuras de José Serra, Aloysio Nunes Ferreira e outros, e agora fala pela boca do ministro Paulo Guedes. Há os setores empresariais do campo e da cidade interessados no retrocesso nas relações capital-trabalho (Miguel, 2019, p. 179).

Com o golpe de 2016 e a vitória de Bolsonaro nas urnas em 2018, ficou patente no Brasil a *crise da democracia liberal*, fenômeno já identificado em outras partes do mundo (Miguel, 2019). No caso brasileiro, a ascensão de Bolsonaro e o fenômeno que a partir dele se constituiu – o bolsonarismo – desvela a grave crise que incide sobre os ganhos da Constituição de 1988, além da perseguição ao Partido dos Trabalhadores e a toda a esquerda brasileira e suas bandeiras de luta, nas quais se inscrevem, dentre outras, a defesa do Estado laico, da inclusão social, do reconhecimento das necessidades e demandas dos trabalhadores e do pluralismo.

Assim, se durante os governos do PT não foi possível o enfrentamento concreto das “tarefas em atraso”, não será agora, em meio ao fortalecimento do Bolsonarismo, que estas terão espaço para realização. Será preciso retomar de onde se parou, buscando a mobilização real da classe trabalhadora, por meio das alianças com os movimentos sociais e seus verdadeiros interlocutores, e não pelo seu “apassivamento”. Isso significa que o PT e demais partidos de esquerda precisam investir pesadamente nesta articulação, não restringindo suas ações em busca por votos durante as eleições. Considera-se, desta forma, que

O processo eleitoral age como um buraco negro da política, capturando todas as energias e esperanças de quem está à sua volta. Por um lado, vende a ilusão de que a conquista de uma maioria eventual garante a transformação do mundo social; por outro, estimula a competição interna e o personalismo no campo popular (Miguel, 2019, 188).

É incontestável e urgente retomar a aproximação orgânica com os movimentos sociais, entidades e comunidades da periferia para fazer frente ao processo avassalador de afirmação do conservadorismo, sobretudo aquele de raiz religiosa, que tem se posto no Brasil por um verdadeiro “projeto de poder” como anunciam algumas pesquisas (Ortiz; Rafael; Santos, 2021).

Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 e sua posse em 2019, podemos afirmar que este ‘projeto de poder’ chega literalmente ao seu ponto alto. O slogan ‘Brasil, acima de tudo; Deus, acima de todos’ marca a afirmação da herança conservadora que percorre a trajetória de nossa formação social. Não se constitui, portanto, em uma simples capitulação da história, mas sim, de expressão concreta da mesma tensão laicidade/confessionalidade que tem solapado historicamente o chamado Estado Democrático de Direito e dilui e fragiliza gradativamente a infante democracia brasileira (Ortiz; Rafael; Santos, 2021, p. 152).

Apesar de todo cansaço que esta quadra histórica – e neste caso, em meio às polarizadas eleições presidenciais de 2022 – tende imediatamente nos trazer, é necessário agir, mobilizando a classe trabalhadora para a luta por seus verdadeiros interesses, mantendo-nos atentos aos projetos de poder em curso. É preciso aprender com os percalços

historicamente vivenciados, permitindo, deste modo, que as experiências do passado sejam capazes de apontar novos horizontes para o futuro.

## Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS** nº 4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IASI, Mauro Luis. Epílogo: O inventário da Estratégia Democrático-Popular e a busca de um caminho para a Revolução Brasileira *In*: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2019.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. **Teoria e Práxis**, jul. 2016. Disponível em: <https://praxisteoria.wordpress.com/2016/07/14/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/comment-page-1/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LAGE, Daniel. Elos da Estratégia Democrático-Popular com a Social-Democracia: a atualização do Estado Burguês, *In*: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2019.

MARTINS, Caio. Duas cabeças, um corpo: partido, movimentos sociais e estratégia democrático-popular, *In*: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2019.

MENEGAT, Marildo. O fim da gestão da barbárie. **Revista Territórios Transversais** – resistência urbana em movimento, nº 3. Rio de Janeiro, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. **O Colapso da Democracia no Brasil**: da Constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, v.1, nº 12. São Paulo: Boitempo, 2001.

MOTTA, Luiz Eduardo. A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº13. Brasília, 2014, pp. 19-51.

MOTTA, Stefano. **Crítica à “ampliação da democracia” como caminho ao socialismo**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

NAVES, Marcio. Contribuição ao Debate sobre Democracia. **Revista Temas de Ciências Humanas**, v.10. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

ORTIZ, Fátima Grave; RAFAEL, Josiley; SANTOS, Paulo Roberto Felix dos. Estado Laico e os Desafios impostos pelo Conservadorismo Religioso no Brasil. *In*: MARTINS, Valter; DUTRA, Adriana Soares (org.) **Estado, Política Social e Serviço Social: um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

ORTIZ, Fátima Grave. Democracia e Serviço Social: uma análise preliminar sobre as implicações das concepções marxistas e marxiana de democracia para a profissão. **Ser Social** – Dossiê Democracia e Participação, v.17, nº 36. UnB (DF), 2015.

SAES, Decio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. Campinas: Unicamp, 1998.

SECCO, Lincoln (Org.). **História do PT (1978-2010)**. Cotia: Ateliê, 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. A Modernidade Democrática da Esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, nº 1. São Paulo: Boitempo, 1994.